



CMVM

SUPERVISÃO, DIREITO AO SILÊNCIO E LEGALIDADE DA PROVA

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS

MANUEL DA COSTA ANDRADE

FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO

Resumo de Supervisao, Direito Ao Silencio E Legalidade Da Prova

A presente obra reúne dois pareceres, autônomos mas com o mesmo objeto, elaborados em Abril de 2008, em resposta a uma consulta que nos foi dirigida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito de um recurso interposto num processo de contra-ordenação da sua competência.

Os temas envolvidos - poderes de supervisão no setor financeiro, procedimento contra-ordenacional, constituição de arguido, direito ao silêncio, deveres de colaboração das entidades supervisionadas, instrução do processo e proibições de prova - têm sido em boa parte objeto de atenção e estudo na nossa atividade académica, em textos publicados ou em conferências proferidas em diversos contextos.

O que, por si, garante uma linha de congruência científica e de identificação com as conclusões que se atingiram em cada um dos pareceres. O cruzamento de todos estes temas num texto em que se analisam os diversos problemas com unidade e sentido normativo e, no entanto, único e também por isso se justifica a presente publicação.

Por outro lado, o interesse que os pareceres suscitaram em diversos sectores — da academia à advocacia, das entidades reguladoras às magistraturas — motivou igualmente a sua divulgação que agora se submete a um universo mais alargado de interlocutores.

INDICE Nota previa PODERES DE SUPERVISAO, DIREITO AO SILENCIO E PROVAS PROIBIDAS (Parecer) Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade Consulta I. A integral observância por parte da CMVM do regime legal de supervisão II.

A inexistência de meios enganosos de obtenção de prova III. Princípio da presunção de inocência, direito ao silêncio e direito a não auto-incriminação IV. O momento de constituição de arguido em processo de contra-ordenação Conclusões SUPERVISAO DO MERCADO,

LEGALIDADE DA PROVA E DIREITO DE DEFESA EM PROCESSO DE CONTRA-ORDENACAO (Parecer) Frederico de Lacerda da Costa Pinto
Consulta Introducao I.

Supervisao, dever de colaboracao e direito de defesa II. Legalidade, provas proibidas e efeito-a-distancia na fase de julgamento Resposta a consulta NOTAS BIOGRAFICAS DOS AUTORES

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)